



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas
ISSN: 1981-8122
ISSN: 2178-2547
MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

Galves, Marcelo Cheche
Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 12, núm. 2, 2017, Maio-Agosto, pp. 555-570
MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

DOI: 10.1590/1981.81222017000200016

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394056427016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí Vicente Jorge Dias Cabral: a naturalist in the captaincy of Maranhão and Piauí

Marcelo Cheche Galves

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil

Resumo: Entre o final de 1799 e o início de 1803, Vicente Jorge Dias Cabral chefiou uma expedição científica que percorreu 16 freguesias e 956 léguas pela capitania do Maranhão e do Piauí. Nascido na capitania de Minas Gerais, Cabral estudou na Universidade de Coimbra: em 1789, bacharelou-se em Filosofia; cinco anos depois, formou-se pela Faculdade de Leis. Com a nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para a secretaria da Marinha e Ultramar (1795), intensificou-se a prática de expedições científicas, comum desde os tempos do ministro Martinho de Mello e Castro (1770-1795). Entre os novos e velhos interesses, estavam: a extração do salitre; a introdução de novos gêneros agrícolas, como a cochonilha, a quina e o anil; e um inventário dos recursos hídricos e de possíveis canais de ligação entre as capitâncias. A expedição de Vicente Cabral produziu uma diversidade de registros e o habilitou à disputa de cargos na burocracia portuguesa. Assim, este artigo trata da expedição científica feita por Vicente Cabral e das possibilidades abertas a ele pelo contexto favorável de nomeações, que viabilizou sua inserção na rede de letados ocupantes de postos a partir daquele momento.

Palavras-chave: Reformismo ilustrado. Ciência. Maranhão. Expedições científicas.

Abstract: From late 1799 to early 1803, Vicente Jorge Dias Cabral led a scientific expedition that traversed 16 parishes and 956 leagues through the captaincy of Maranhão and Piauí. Cabral was born in the captaincy of Minas Gerais and studied at the University of Coimbra; in 1789, he graduated in philosophy and, five years later, he graduated from the Faculty of Law. Scientific expeditions, which had been common since the time of the minister Martinho de Mello e Castro (1770-1795), intensified with the appointment of D. Rodrigo de Sousa Coutinho as Secretary of the Navy and Overseas (1795). New and old interests included extraction of saltpeter, introduction of new agricultural products such as cochineal, quinine, and indigo, and an inventory of water resources and channels capable of connecting the captaincies. Vicente Cabral's expedition produced a variety of records and prepared him to compete for positions in the Portuguese bureaucracy. This article explores Vicente Cabral's scientific expedition and the possibilities opened to him through appointments that subsequently allowed him to join the ranks of the learned who occupied these positions.

Keywords: Illustrated Reformism. Science. Maranhão. Scientific expedition.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 555-570, maio-ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000200016>. Autor para correspondência: Marcelo Cheche Galves. Universidade Estadual do Maranhão. Campus Paulo VI. São Luís, MA, Brasil. CEP 65055-970 (marcelochecheppg@gmail.com).

Recebido em 29/10/2016

Aprovado em 09/01/2017



INTRODUÇÃO

Em 22 de março de 1803, o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral pediu licença, por um ano, do cargo de professor régio de Retórica, que exercia na cidade de São Luís, para publicar, em Portugal, os “Opusculos das excusoens Filozofico-naturais que da Ordem de V. S. R. fora encarregado”¹. Naquele mesmo dia, o governador da capitania do Maranhão e do Piauí, D. Diogo de Sousa, remetera a João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, ministro da Marinha e Ultramar, “os conhecimentos e os diários” feitos por Cabral e pelo padre Joaquim José Pereira², referentes a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, em que foram recolhidos produtos e feitos desenhos da região³. É muito provável que a obra, nunca publicada, tratasse da expedição chefiada por Cabral pela capitania do Maranhão e do Piauí, realizada entre o final de 1799 e o início de 1803.

Natural do Tejuco, comarca de Serro Frio, na capitania de Minas Gerais, Cabral fora contemporâneo de D. Diogo de Sousa na Universidade de Coimbra. Bacharelou-se em Filosofia em 1789, mesmo ano em que D. Diogo graduou-se em Matemática. Cinco anos depois, Cabral tornou-se bacharel pela Faculdade de Leis⁴.

O convívio em Coimbra renderia frutos no futuro. A escolha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para a pasta da Marinha e Ultramar, em 1795, potencializou a

ascensão de uma rede de letrados a importantes postos do Império português. Formado em Direito pela já reformada Universidade de Coimbra, Coutinho escolheu, para governar as capitâncias, outros egressos da instituição. Santos (2013) observou que frequentar a universidade portuguesa

[...] era a oportunidade de ingressar nas redes de proteção política de algum fidalgo com vínculos estreitos com o poder central. Esse foi o caso dos laços estabelecidos entre D. Rodrigo de Souza Coutinho com os letrados nascidos no Brasil e no reino que se destacaram no cenário político do final do século XVIII [...] (Santos, 2013, p. 166).

Aos letrados nascidos no Brasil, sem dúvida, a ascensão de D. Rodrigo proporcionou um cenário dos mais favoráveis, diretamente relacionado à sua concepção de Império e ao novo lugar que caberia à América portuguesa⁵. Se esses letrados, em sentido mais amplo, ocuparam cargos importantes e participaram ativamente de experiências como a da Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), o cenário também favorecia os ‘homens de ciência brasileiros’, que assumiram papéis mais específicos, como a chefia de expedições científicas⁶: “Sem dúvida, para os homens de ciência brasileiros a presença de um ministro como D. Rodrigo reforçava o reconhecimento de suas habilidades específicas e de sua formação científica” (Kury, 2013, p. 177).

¹ REQUERIMENTO do Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral ao Príncipe regente D. João, pedindo licença de um ano para vir ao Reino publicar os seus “Opusculos das Excusoens Filozofico-naturais”. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 127, doc. 9557. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

² Vigário de Valença, no Piauí. São poucas as informações sobre o personagem. Na década de 1790, participou de, pelo menos, três viagens pelos sertões de Pernambuco, Piauí e Maranhão.

³ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833). Optei, na grande maioria dos casos, pela manutenção da ortografia original.

⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). Estudantes: Diogo de Souza e Vicente Jorge Dias Cabral.

⁵ Uma arqueologia do projeto de desenvolvimento do Império, concebido por D. Rodrigo de Souza Coutinho, pode ser consultada em Carolino (2014).

⁶ É importante salientar a presença de luso-brasileiros nas expedições já no tempo do ministro Martinho de Mello e Castro (1770-1795), que antecedeu D. Rodrigo. Talvez, o principal exemplo dessa inserção anterior seja o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que chefiou expedições pelos territórios do Amazonas e do Mato Grosso entre 1783 e 1792. Ver Costa (2001, 2008).



A escolha de D. Diogo de Souza para o governo da capitania do Maranhão e do Piauí (1798), o qual até então era governador de Moçambique (1793-1798), trouxe benefícios imediatos para Vicente Cabral. Por motivações ainda desconhecidas, Cabral chegara ao Maranhão em meados de 1798, pouco antes de D. Diogo, para o exercício da advocacia.

Segundo o naturalista, assim que desembarcou em São Luís, o governador D. Diogo lembrou-se dele e encarregou-o da direção do Horto Botânico e da expedição ao sertão da capitania, tão logo terminasse o inverno. Em ofício a D. Rodrigo Coutinho, o governador demonstrou conhecer Cabral dos tempos de Coimbra: “na Universidade, onde o deixei, sempre ouvi Louvar aos Santos da Faculdade de Filozofia e de Leis”. Transpareceu, ademais, ter outros planos para Cabral, especialmente uma “Cadeira de Historia Natural, combinada com principios de Fizica Geral e de Chimica”⁷.

Ainda que esparsas, as observações sobre a trajetória de Vicente Cabral antes de assumir a expedição reforçam a perspectiva de que D. Rodrigo, ao dar prosseguimento a uma política de desenvolvimento fundamentada no conhecimento científico, ou ao implementá-la, acionou um conjunto de naturalistas já em circulação pelo território colonial⁸, mesmo que por motivações diversas, a exemplo de Vicente Cabral.

Assim, este texto trata da expedição científica e das possibilidades abertas a Vicente Cabral pelo contexto favorável de nomeações, que viabilizou sua inserção na rede de letreados ocupantes de postos a partir daquele momento. A direção de uma expedição científica era uma atividade promissora e apontava para dois caminhos convergentes, comuns à época: o projeto de publicação

dos resultados da viagem e a obtenção de cargos públicos. Pereira (2013, p. 124) observa que: “Cada vez mais, a elaboração de textos científicos e o envio de remessas de espécimes foram estimulados pela coroa e se tornaram moeda de troca usada para pleitear a obtenção de privilégios e para a ascensão funcional”. Orientado por essa lógica, Vicente Cabral solicitou benesses, sempre acompanhadas pelas narrativas dos esforços empreendidos naqueles pouco mais de três anos de aventura pelo interior da capitania. O texto trata, ainda, das possíveis razões que impediram ou dificultaram o reconhecimento do trabalho de Cabral por historiadores do Oitocentos, e até mesmo por historiadores da atualidade, responsáveis pela construção de uma nova história da ciência no mundo luso-brasileiro, e que orientam a análise aqui realizada⁹.

A EXPEDIÇÃO, SEUS REGISTROS E O PROJETO DE PUBLICAÇÃO

Desde o início do ministério de D. Rodrigo, transparece o interesse pela permanência e pelo aprofundamento da prática de expedições científicas. Comuns desde os tempos do ministro Martinho de Mello e Castro (1770-1795), as expedições eram agora mais curtas, mais localizadas e com objetivos mais específicos e próximos da economia política (Silva, 2014). Entre os novos/velhos interesses, registe-se a extração do salitre e a

[...] introdução de novos gêneros agrícolas, como a cochonilha, a quina, o anil, o cacau e o café; o desenvolvimento agroindustrial impulsionado pelas inovações técnicas introduzidas na agricultura; um minucioso inventário dos recursos hídricos e de possíveis canais de ligação entre as capitâncias (Pataca, 2011, p. 135).

⁷ OFÍCIO (3^a via) do governador e capitão-geral do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ser verdade tudo quanto se refere ao bacharel Vicente Jorge Dias Cabral. 1 jun. 1800. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 111, doc. 8652. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

⁸ A observação é de Pataca (2011, p. 137), em relação a uma “comunidade de naturalistas enviados para a colônia na administração anterior”. Cabe lembrar os efeitos da Reforma de 1772 na Universidade de Coimbra para a construção de uma primeira geração de ‘naturalistas’, em circulação pelas colônias desde então.

⁹ Além dos autores já citados – Costa (2001, 2008), Pataca (2011) e Pereira (2012, 2013, 2014) –, destaco a contribuição de Pataca e Pinheiro (2005), Raminelli (2008) e Kury (2013). Registrem-se, ainda, as obras organizadas por Kury (2013) e por Gesteira et al. (2014).



Os interesses de cada expedição, bem como seu *modus operandi*, eram definidos pelas 'Instruções', prática instituída por Domenico Vandelli na década de 1770, com o objetivo de potencializar as investigações a serem realizadas, e de lhes dar organicidade e científicidade (Pataca; Pinheiro, 2005). Para a expedição em questão, organizada em um momento no qual Vandelli já estava aposentado, não foi localizado um documento formal, produzido para servir como 'Instrução', mas, sim, indícios que evidenciam os propósitos da jornada.

Em março de 1799, D. Diogo escrevia para Sousa Coutinho, queixando-se a respeito da superficialidade dos conhecimentos até então acumulados sobre o potencial de exploração do salitre na capitania. Para o governador: "Todos se chamão descobridores do salitre, e todos se julgão com Direito"¹⁰, mas, objetivamente, pouco se sabia a respeito. Com base nessa assertiva, anunciou sua intenção de

[...] incumbir logo que passe a invernada [...] a Vicente Jorge Dias Cabral, Bacharel formado em Leis e Filozofia, a precizos exames, a que se deve proceder em lugares onde aparecer salitre, sem exceptuar o da terra, que fica nos recintos do Seará e Piau por esse informarem que exportaço se pode fazer pelo rio Parnaíba em quatro dias [...]¹¹.

Meses depois, ainda na fase de organização da expedição, D. Diogo de Sousa registrava a presença de um "desenhador", que acompanharia Vicente Cabral e o padre Joaquim Pereira. Além das diligências sobre o salitre, evidenciava o propósito de realizar "circunstanciadas averiguasoens sobre o cânhamo silvestre e colesão das arvores ou plantas que poderem servir a fabricar papel [...]"¹².

Evidentemente, esses indícios de 'Instruções' articulam-se a objetivos mais amplos de uma política em curso naquele momento. O ofício remetido por D. Diogo a Sousa Coutinho em março de 1799, por exemplo, era uma resposta à solicitação de informações sobre a existência de jazidas de salitre na capitania do Maranhão. Tão logo assumiu a pasta, Sousa Coutinho solicitara tais informações de todas as capitâncias (Pereira, 2013). Anos depois, o início da resposta do governador transparecia a recorrência do assunto: "Sobre a diligencia de salitre, tantas vezes recomendada por V. Exa. e novamente repetida em seu Oficio de 13 de Dezembro [...]"¹³.

Cabe, aqui, salientar o que Pereira (2013, p. 134) caracterizou como "pesada conjuntura bélica", que envolvia Portugal naquele momento. Na mesma direção, Ronald Raminelli observou que:

¹⁰ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. 6 mar. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 102, doc. 8264, fl. 1/lv. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

¹¹ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. 6 mar. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 102, doc. 8264, fl. 1/lv. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

¹² OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Souza Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre as diversas pesquisas efetuadas na Capitania relativas às minas de salitre e utilização de Cânhamo e madeira para o fabrico de papel. 15 ago. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 105, doc. 8379, fl. 1. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833). Um resumo dos interesses da expedição e dos caminhos a serem percorridos pode ser consultado na correspondência encaminhada pelo governador a Vicente Cabral, em 4 set. 1799. Ver: OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a devassa do salitre no Piauí e sobre os outros produtos da natureza de que se remetem memórias e diários feitos por Vicente Jorge Dias Cabral. 2 dez. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 108, doc. 8487. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

¹³ OFÍCIO do governador D. Diogo de Sousa para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a procura do salitre. 6 mar. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 102, doc. 8264, fl. 1. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).



A Espanha e a França assinaram um Tratado de Paz em Basileia (22 de julho de 1795), provocando sérios desequilíbrios na península ibérica. As fronteiras lusitanas, na Europa e no Império, estavam novamente ameaçadas. Caso o Estado lusitano cedesse às pressões de Paris e Madri, os ingleses ameaçariam as áreas coloniais (Raminelli, 2008, p. 132).

Essa conjuntura transformava o salitre – matéria-prima usada na fabricação da pólvora – em produto de primeira necessidade para a sobrevivência e para o desenvolvimento do Império.

O próprio Domenico Vandelli, em fevereiro de 1779, submeteu à Academia Real de Ciências (ARC) um estudo denominado “Considerações sobre a pólvora”, no qual anunciaava “a honra de dar a esta Illustre e Sabia Academia da Experiencia que fiz sobre o invento de augmentar a força da polvora em que me mostra poder alojar a balla quaze a quarta parte mais longe”¹⁴.

A centralidade do salitre parece ter influenciado a própria composição da expedição. Pouco antes da definição dos nomes de quem a integraria, o padre Joaquim Pereira enviara à Academia Real de Ciências sua “Memoria sobre o Nitro. Memorias Economicas e Fizicas”. Nela, informava que

No ano de 1796 descubri no Sertão da Capitania Geral do Estado do Maranhão na freg^a de Oeiras de S Jozé do Piauhi o salitre do meu descobrimento o qual chimicamente lixiviei, filtrei e vaporei, e cristalizei no anno de 1797 na V^a de S^o Antonio de Joromenha em casa do R^{do} P^o Antonio Sarayva, Cura da mesma freg^a e me deu cristais alvíssimos [...]¹⁵.

É provável que a submissão do estudo à Academia Real de Ciências tivesse por objetivo a admissão do padre Joaquim Pereira como sócio, e não a publicação da obra. Tal hipótese se sustenta no fato de o manuscrito não vir acompanhado por um parecer sobre o mérito da publicação, característica recorrente na documentação analisada. De todo modo, é possível afirmar que o texto não foi publicado, tampouco o padre Pereira tornara-se sócio da Academia.

Ao término da expedição, em 1803, Cabral demonstrava ter clareza das razões políticas e econômicas que motivaram não apenas a expedição, mas que provocaram um amplo movimento pelo “continente do Brasil”: “A diligencia do Salitre, sempre foi conciderada, como huma das principaes, de q'fui encarregado”¹⁶. Noutro trecho, observou que

A dependencia pois da polvora p.a a defeza do estado fez/ conciderar o salitre como gênero da primeira necessid.e Por/ todas as partes tem se investigado as suas minas, tem-se es/tabelecido Nitreiras com o socorro d'arte, e fabricas de refina-/ria [...] A nesse/sid.e segurança do Estado, a teimoza guerra com a maior/ das Repúblicas da Europa motivarão excursões Filozoficas/p.r todo o contin.te do Brazil [...]¹⁷.

Outros intentos, como a já observada “averiguação sobre o cânhamo silvestre e coleção de árvores”, também atendiam a determinações/objetivos mais amplos, e orientavam-se por deliberações recebidas em 26 de julho de 1798 e 5 de abril de 1799¹⁸.

¹⁴ VANDELLI, Domenico. Considerações sobre a pólvora. Academia Real de Ciências (ARC), Livro Azul 376, doc. 5.

¹⁵ PEREIRA, Joaquim José. Memoria sobre a descoberta do nitro, no estado de Maranhão em [Memoria sobre o Nitro] / [por] e. Joaquim Jozé Pereira. 1796. In: MEMORIAS Economicas e Fizicas que não tiveram lugar nas collecções da Academia. Tomo 1.^o [por vários autores]. Lisboa, Chaves,..., 1781-1806. ARC, Livro Azul, n^o 17, p. 176.

¹⁶ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observações dos productos naturaes do Piahui, 1803. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN-RJ), Seção de Manuscritos I – 12, 2, 11, n. 1, fl. 59-60, 62.

¹⁷ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observações dos productos naturaes do Piahui, 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos I – 12, 2, 11, n. 1, fl. 59-60, 62.

¹⁸ OFÍCIO do governador do Maranhão, D. Diogo de Souza Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre as diversas pesquisas efectuadas na Capitania relativas às minas de salitre e utilização de cânhamo e madeira para o fabrico de papel. 15 ago. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 105, doc. 8379. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).



Fundamentada em tais propósitos, a expedição de Vicente Cabral produziu uma diversidade de registros, aquilo que Raminelli (2008, p. 100) definiu como “testemunhos materiais da viagem – diários, correspondências, desenhos e remessas”.

O “Mappa geral do itinerario do Sertão da capitania do Maranhão e Piauhy no actual serviço do príncipe regente, relativos aos annos de 1799, 1800, 1801, 1802”¹⁹, elaborado pelo padre Joaquim José Pereira, dá a dimensão da jornada, de mais de três anos, por 16 freguesias (algumas visitadas mais de uma vez), totalizando 956 léguas.

O roteiro descrito no “Mappa” revela que a expedição centrou seus esforços em localidades situadas no atual estado do Piauí – de onde chegavam notícias sobre a existência de salitre –, percorrido desde o extremo norte (Parnahiba) até o extremo sul (Parnaguá), além de várias localidades do centro-oeste, como Oeiras, Valença, Campo Maior e Jerumenha. Sobre o atual estado do Maranhão, a expedição limitou suas observações às localidades de Santa Maria do Icatu, Aldeias Altas e Itapecurú²⁰, situadas entre a cidade de São Luís e o território do Piauí.

As anotações do ‘Mappa’ são compostas por: nome da freguesia visitada, produção nativa, penha (caracterização do solo), jornada (localidades visitadas/ léguas) e total de léguas percorridas. Apenas como exemplo, na freguesia de Jerumenha, o ‘Mappa’ registrou, entre as produções nativas de interesse, álcali mineral, fixo-muriático, salitre e sulfato de soda, a partir da

visita a 19 localidades, ao longo de 61 dias. Talvez pela relevância das produções identificadas, a expedição tenha decidido, na volta da viagem à freguesia de Parnaguá, visitar Jerumenha mais uma vez: percorreu novamente algumas localidades e conheceu outras. Desta feita, por 53 dias, como observado no Quadro 1.

Entre os inúmeros registros produzidos pela expedição, destacam-se, aqui, fragmentos pertencentes a dois momentos peculiares, situados em 1801 e 1803.

Em 1801, Vicente Cabral dedicou dois estudos ao governador D. Diogo de Sousa: “Ensaio Botânico de algumas plantas da parte inferior do Piauhy acrescentado com várias madeiras finas e de construção para os navios”²¹ e “Ensaio Econômico da Quina Quina do Piauhí”²².

Nesses registros, ganha relevo o botânico Vicente Cabral, convededor da obra de Lineu, capaz de descrever espécies (algumas novas), com comentários técnicos, balizados em literatura específica. Há ênfase também para o ‘homem de Estado’, preocupado com o uso prático das plantas descritas para um desenvolvimento econômico seguro e racional. Nas estampas do “Ensaio Botânico”, publicadas no livro “Plantas do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII: plantas do Maranhão-Piauí”, Cabral teceu comentários sobre o “[...] interesse medicinal, como matérias-primas para papel e fibras, tinturaria, ceras, pasto para animais, como plantas suporte de bichos-da-seda, saboaria e curtimento de peles, madeiras para construção e madeiras finas para mobílias” (Ferrão et al., 2002, p. 9), como observado pelos organizadores do livro.

¹⁹ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833). Anexo.

²⁰ Sobre a ‘cidade do Maranhão’ (São Luís), há apenas o registro do percurso de dez léguas ‘pelas suas bahias’, sem maiores informações. As principais informações registradas sobre São Luís e suas proximidades, como será informado, datam do início de 1803 e, portanto, não constam no ‘Mappa’.

²¹ Utiliza-se, aqui, o manuscrito publicado em 2002, em obra organizada por Ferrão et al. (2002), e que recebeu o nome de “Plantas do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII: plantas do Maranhão-Piauí”. A edição ainda conta com 57 estampas de plantas, elaboradas ao longo da expedição. Desse total, 31 estampas referem-se ao manuscrito “Ensaio Botânico”.

²² O manuscrito pertence ao acervo do Museu Histórico Nacional de Portugal (MUHNAC). Museu Bocage, Remessa 595.



Quadro 1. Extrato do “Mappa geral do itinerario do Sertão da capitania do Maranhão e Piauhy no actual serviço do príncipe regente, relativos aos annos de 1799, 1800, 1801, 1802”.

Freguezias	Produçoens nativas	Penhas	Jornadas	Legoas
Jeromenha	Alcali mineral, fixo-muriatico, lacluminisnitrato, salitre, sulfato de soda	Granito, Nitrato, Mareiozas	Papagaio 3, Pitoens 4, Carnahibas 3, S. João 3, Vila de Jeromenha 6, Cantendas 2, Campo Grande 4, lapas 2, Carnahibas 4, Genipapeiro 2, Canavieiras 3, Macaúba 3, Gameleira 4, Fazenda Grande 3, Catembi 2, Franqueira 2, Flores 3, Santa Roza 3, Mato Grosso 5	61
Parnaguá	Alcali mineral fixo-muriatico, lacluminisnitrato, salitre	Granito, Nitrato, Muriaticos, Calcareas, Mareiozas	Acambira 7, Cajazeiras 5, Genipapeiro 4, Estreito 4, Riacho d'area 1 ½, Buriti Grande 3, Rapoza 2, Buriti das Cacundas 3, Rangel 3, Tabua de Fora 3, Jeberaba 10, Vila de Parnaguá 3, Fazenda do Meyo 4, Fazenda de sima 3, Retiro da mesma 2, Porçoens 4, Parahizo de sima 2, Bebedor ½, Pendaiba 1 ½, Pintada 1 ½, Lourenço 1, Palmeira de baixo 2, Taboquinha 2, Ilhas 1, Vila de Parnaguá 6, outros tantos da vila do Jeromenha 13 ½	167
Jeromenha			Buritizinho 1, Stª Thereza 4, Manga 5, Rio Parnahiba abaixo/ Caroeira do Carvalho 3, Dita da Vargem da Cruz 1, Dita do Itaneira 3, Flores 2, Carnahibas 1, Estreito das Araras 2, Queimadas 9, Morro Vermelho 2, Caroeira da Pacula 8, Cranatazinho 3, Carueira do Negro 4, S. João 2, Carueira da Garapa 2	53

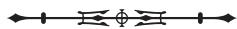
Para o caso da quina, por exemplo, importante por suas propriedades febrífugas, outra obsessão da coroa portuguesa (Pereira, 2012, p. 92), Cabral acreditava ter encontrado uma nova espécie, batizada em suas duas variações como “quina das catingas” e “quina dos riachos”. Para além de questões sobre a classificação, a descrição, o cultivo e a preservação da quina, Cabral observou que aquela empresa, se bem organizada, seria capaz de fazer Portugal repartir “com os Hespanhóes as grossas sommaas, q'tirão annualm.te das maons da nossa Nação p.la necessidade desse gênero tão poderoso antefebri”²³. Preocupava-se, ainda, com eventuais falsificações do produto, que colocariam em risco a vida dos enfermos, razão pela qual propunha a criação de uma Junta de Inspeção, para o controle da qualidade da quina.

Nos dois estudos, apresentou-se como “Bacharel em Filosofia e Direito Civil e Oppositor aos Lugares de Letras” (Ferrão et al., 2002, p. 131)²⁴. O “Dicionário” do padre Rafael Bluteau, de 1720, ensina que “opositor” era “aquele que pretende o mesmo ofício, dignidade, cadeira, que outro” (Bluteau, 1720, p. 92). Em meio aos primeiros resultados da expedição, incluindo-se a provável descoberta de um novo gênero da quina, Cabral tentava se inserir na burocacia portuguesa, como desenvolvido adiante.

Em março de 1803, como já mencionado, o governador D. Diogo de Sousa encaminhou ao ministro Souto Maior, que sucedera a Sousa Coutinho na pasta da Marinha e Ultramar, os conhecimentos e os diários feitos pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim Pereira. O registro é composto por, pelo menos, 15 estudos: 14 assinados pelo padre Pereira

²³ Referência à quina extraída do vice-reino do Peru. In: CABRAL, Vicente Jorge Dias. Ensaio Economico da Quina Quina do Piauhi. MUHNAC. Museu Bocage, Remessa 595, fl. 219-220.

²⁴ Como já observado, o outro estudo, um manuscrito, é o “Ensaio Economico da Quina Quina do Piauhi”. MUHNAC. Museu Bocage, Remessa 595, 1801, fl. 1.



e um assinado por Cabral – a “Memoria sobre as Nitreiras naturais do Piauhy”²⁵.

Nessa “Memoria”, Cabral disserta sobre a existência de salitre na capitania e sobre as possibilidades de sua exploração. Vale lembrar que o salitre fora a principal motivação para a empreitada por ele chefiada. Suas impressões talvez ajudem a entender os (não) desdobramentos da expedição, outra questão retomada adiante. O autor informava ter encontrado salitre em muitas localidades, confirmando os boatos sobre sua existência, porém em quantidades e condições de extração que impossibilitariam a exploração rentável. Sobre a hipótese de nitreiras artificiais, estratégicas, observou que “depois da invenção da polvora se tornou de necessidade p.a a defeza do Estado”²⁶, considerando a possibilidade de construção na localidade do Engenho do Brejo, para, em seguida, apontar a principal dificuldade, razão que o levava a desaconselhar a empreitada: “A mão d'a obra aqui

he muito cara, quero dizer os jurnaes dos trabalhadores. Não ha q.m queira trabalhar nem por bons modos nem sendo obrigados. Se alguem se rezolve atura poucos dias e não mais, e nunca ficam contentes da comida”²⁷.

Perante tais impossibilidades, Cabral concluiu a “Memoria” apontando caminhos para o desenvolvimento da região. Propôs o plantio de palmatória ou de castas para cochonilha, e recomendou “recolher nas estaçoens proprias as cascas, raizes, folhas, rezinas, gemas uteis a Medecina, e as Artes, e mais enviar as plantas vivas, ou seus fructos, quando as estradas permitirem”²⁸. O progresso dessa indústria permitiria repartir:

[...] com os Hespanhões as somas imensas provenientes da cochonilla, ficando entre as maos do povo a somma, que se extrahiria p.a fora: aprenderia finalmente o povo a augmentar a fertiliid.e so seu terreno e a conservado no m.mo estado ou melhor sem nunca cancar deixando actualmen.te de cultivar [...]”²⁹.

²⁵ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833). Registre-se, ainda, em outro documento do AHU, a “Analyze Botanica da planta denominada Manacá”, também oferecida a D. Diogo de Sousa, em maio de 1803. Ver: OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter cópia de uma carta do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral informando a existência, achamento e classificação de plantas medicinais, na capitania [...]. 21 maio 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 128, doc. 9595, fl. 4-6. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

²⁶ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555, fl. 205. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

²⁷ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555, fl. 205. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

²⁸ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555, fl. 206. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

²⁹ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555, fl. 206. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).



Mais uma vez, o ‘homem de Estado’ atentava para a concorrência espanhola e para o uso racional das potencialidades do território.

Logo no início da “Memoria”, Cabral anunciou a intenção futura de dar continuidade à escrita de suas memórias, ao tratar dos “Reynos da Natureza, Mineral, Animal e Vegetal”³⁰.

Ainda que o envio dessa remessa de conhecimentos e de diários tenha ocorrido no mesmo dia em que Cabral pediu licença do cargo de professor régio de Retórica para publicar, em Portugal, os “Opusculos das excusoens Filozofico-naturais que da Ordem de V. S. R. fora encarregado”, como já observado, é provável que a publicação tomasse como referência a “Colleção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui”, espécie de síntese do trabalho realizado ao longo da expedição³¹, nele incluídos os conteúdos já apresentados nos documentos de 1801. Muito provavelmente, a “Colleção”, transformada em “Opusculos” (ou seja, em livro impresso), deu forma ao projeto de escrita, mas não à publicação sobre os “Reynos da Natureza, Mineral, Animal e Vegetal”³².

Outro componente do novo título, “excusoens filosóficas”, remetia à figura de Domenico Vandelli³³,

tratado por Cabral como “um dos sábios da nação”³⁴. Ademais, a expressão transparece ao menos duas vezes na documentação analisada: em dezembro de 1802, o governador D. Diogo de Souza prometia ao ministro Souto Maior, tão logo fosse possível, o envio dos “Diarios, Memorias, e discursos relativos às excusoens filozoficas a ele [Vicente Cabral] encarregadas”³⁵; pouco depois, em um trecho da “Colleção”, já citado, Vicente Cabral observou que “a teimosa guerra com a maior das Repúblicas da Europa motivaram [sic] excusoens filozoficas por todo o continente do Brasil [...]”³⁶.

Escritas em tom autoral – pois não há qualquer referência ao padre Joaquim Pereira ou à expedição como esforço coletivo –, as mais de 300 folhas da “Colleção” sistematizam a experiência da jornada, o envio das remessas de *productos naturais* para Portugal, os conhecimentos do autor sobre mineralogia e botânica e suas propostas para a exploração racional das riquezas do território.

A “Colleção” divide-se em dois tomos: “Colleção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui” e “Colleção das observaçoens dos vegetaes do Piauhi”. O tomo 1 é composto por duas partes: “Da cochonilha” (parte 1) e “Dos Saes e Metaes Naturaes que se achão

³⁰ OFÍCIO do governador capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter os conhecimentos e os diários das diligências feitas pelo bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e pelo vigário de Valença, Joaquim José Pereira, referentemente a uma viagem de exploração nos sertões da Capitania do Maranhão, onde se recolheram produtos e se fizeram desenhos da região. 22 mar. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 127, doc. 9555, fl. 197-198. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

³¹ Documento preservado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN-RJ), Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11.

³² No início da “Colleção”, Cabral anuncia: “Nas minhas observaçoens segui o mesmo sistema da natureza principiando pelos animaes, mineraes, e vegetaes”. In: CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 4.

³³ É de autoria de Vandelli o manuscrito “Viagens Filozoficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar” (Pataca, 2011, p. 128), redigido em 1779. Para a centralidade do autor na organização das viagens filosóficas que antecederam o momento da expedição de Cabral, ver Pataca (2011). Ver também VANDELLI, Domingos. Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar, 1779. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL), ms. 405, Série Vermelha.

³⁴ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 140-141.

³⁵ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, sobre o método e condição com que se deve proceder na extração do salitre, pela qual foi responsável o Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral. 22 dez. 1802. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 125, doc. 9471, fl. 1. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833). Anexo.

³⁶ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoens dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 59-60.



na Capitania do Piauhi" (parte 2). O tomo 2 (parte 3) compreende a seção "Dos vegetaes".

A parte 1 traz um estudo sobre a cochonilha, produto cujos registros na capitania remontam a, pelo menos, 1771³⁷. São objetos de apreciação o potencial econômico da cochonilha e as suas possibilidades de desenvolvimento na capitania, temas abordados na "Memoria", como já observado, e aqui desenvolvidos.

A parte 2 também retoma a "Memoria", mas acrescenta o "Discurso preliminar dos Saes", para, em seguida, tecer considerações sobre o potencial de exploração do Sal de Glauber na capitania, e acrescenta também o "Discurso preliminar do Salitre", antes de reiterar a impossibilidade da exploração das nitreiras naturais e as muitas dificuldades para a criação das nitreiras artificiais.

Por fim, na parte 3, que compreende quase dois terços do documento, o botânico Vicente Cabral reproduziu, nessa sequência, textos já enviados às autoridades: "Ensaio Botanico" (1801); "Ensaio Economico" (1801); "Analise Botanica" (1803)³⁸ e "Descriçao Botanica do Velame Grande ou Marmeiro Branco" (1799)³⁹.

Entre os pequenos ajustes/acréscimos aos documentos supracitados, registrem-se a "continuaçao do ensaio Botanico de algumas plantas do Piauhi"⁴⁰ e algumas observações sobre a quina, feitas depois do seu regresso a

São Luís, entre dezembro de 1802 e os primeiros meses de 1803, momento de compilação dos registros. Já em abril de 1803, Cabral se surpreendeu com a quantidade de quina encontrada em localidades próximas a São Luís, como Paço de Lumiar e São Jozé de Ribamar⁴¹. De fato, a presença de Vicente Cabral em São Luís no momento anterior à expedição parece estar pouco relacionada com a atividade de naturalista, como o próprio autor admite no início da "Colleção":

Nove annos se tinhão passado depois q deixei aquelles elementos, e dando-me a estudo da Jurisprudencia que conciderava, como meio de segurar de subsist.a já me não lembrava que hum dia seria necess.o revolver os/ Naturalistas, e ao velho Linneo⁴².

Voltar ao "velho Linneo" poderia abrir novas portas de acesso à administração portuguesa. Na capitania, a relação com o governador D. Diogo parecia promissora, e Cabral zelava por ela. Todos os estudos apresentados foram dedicados a D. Diogo. Na "Colleção", vale o registro de um último acréscimo: Cabral gravou o nome de D. Diogo em uma espécie de planta conhecida como pequi. A "Didacea Popularis"⁴³, explicou, era planta do povo pobre do sertão, o mesmo povo atendido com justiça pelo governador, que ganhava agora o título de "Popular"⁴⁴.

³⁷ Ano de registro da descoberta do produto na capitania. Ver: OFÍCIO do [governador da capitania do Maranhão] Joaquim de Melo e Póvoas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, referente à descoberta de goma de peixe e caxomilha [sic], de que envia amostras a Joaquim José Stolano. 14 maio 1771. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-CL-CU-009, cx. 45, doc. 4400. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

³⁸ Na verdade, o envio da "Analise Botanica" é posterior, e data de 21 de maio de 1803.

³⁹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a devassa do salitre no Piauí e sobre os outros produtos da natureza de que se remetem memórias e diários feitos por Vicente Jorge Dias Cabral. 2 dez. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx.108, doc. 8487. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

⁴⁰ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoes dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 257.

⁴¹ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoes dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 255.

⁴² CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoes dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 3-4.

⁴³ Possível referência ao nome Diogo em latim (*Didacus*).

⁴⁴ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoes dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 258.



Quanto ao círculo de cientistas luso-brasileiros, Cabral reverenciou Vandelli⁴⁵, Brotero e Velloso como 'sábios da nação', e mais de uma vez referiu-se a Manuel de Arruda Câmara como "amigo e contemporâneo em Coimbra"⁴⁶.

Publicar os "Opusculos" possibilitaria voos mais altos ao nosso personagem, já inserido, de certo modo, em um seletivo grupo de naturalistas luso-brasileiros. Porém, a época talvez não fosse a mais propícia para a publicação. Entre 1791 e 1812, a Academia das Ciências de Lisboa interrompera a publicação de "Memorias Economicas"⁴⁷; outra opção, a Casa Literária do Arco do Cego, encerrara suas atividades dois anos antes, tempo em que Cabral se encontrava nos sertões da capitania. Eliminadas as possibilidades de publicação por essas duas vias estatais, a materialização dos "Opusculos" praticamente se inviabilizava, considerando que "O mercado editorial acanhado e a incapacidade, ou impossibilidade, de a sociedade civil gerar organizações científicas autônomas deixavam quase toda a intelectualidade sujeita ao mecenato oficial" (Pereira, 2012, p. 78).

O fato de a publicação não se concretizar, aliado à inserção de Cabral na administração portuguesa em atividades 'menos científicas', talvez explique o ocaso do personagem, mais bem explorado na parte final deste texto.

ADVOGADO, NATURALISTA E FUNCIONÁRIO RÉGIO

Vicente Cabral pertence a uma geração de estudantes que vivenciou as inovações curriculares da Universidade de Coimbra, bem como as possibilidades de ocupar

cargos públicos, prometidos aos egressos, em tempos de aproximação entre conhecimento científico e desenvolvimento econômico.

Sobre as novas possibilidades abertas pelas reformas pombalinas, e seus limites, Silva (2014, p. 53) observa que: "As inovações curriculares pombalinas na reforma da Universidade de Coimbra (filosofia e matemática) ainda não se tinham concretizado em carreiras seguras e promissoras, como as das áreas tradicionais da justiça e da fazenda". Ainda sobre o vínculo entre formação e ingresso na carreira burocrática, outros autores também captaram esse movimento: "com as Reformas, prometeram-se cargos para os egressos de Coimbra" (Villalta et al., 2015, p. 476); "os portugueses da América acreditaram no aceno feito pela coroa de que os melhores alunos das novas carreiras científicas seriam agraciados com comissões e empregos públicos" (Pereira, 2014, p. 501).

Atento às possibilidades do seu tempo, Vicente Cabral conciliou a formação em uma área nova e, quiçá, promissora (bacharel em Filosofia, em 1789) com a tradicional formação jurídica (bacharel em Leis, em 1794)⁴⁸. Em carta escrita em abril de 1799, revela os objetivos que traçara mesmo antes de chegar a Coimbra e os intentos, já realizados, na busca por um emprego público:

Sempre ancioso de empregar-me no serv.o de S. Mag.e;/ segui carreira indo estudar a Universid.e/ de Coimbra; e ahi me apliquei a Philosophia fazendo For/matura nesta sciencia, como tão bem no Direito Civil,/ querendo facilitar o emprego, já pelo meio das sciencias Na/turaes, já pelas positivas. Tendo conseguido estes preliminares,

⁴⁵ No "Ensaio Botanico", consta a informação de que "remeteu-se cópia deste papel ao Dr. Vandelli em 13 de ago. de 1802" (Ferrão et al., 2002, p. 130).

⁴⁶ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observaçoes dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 68, 141, 217.

⁴⁷ Curiosamente, Vicente Cabral não parece ter submetido seus estudos à apreciação da Academia Real das Ciências de Portugal. Seu nome não consta nos registros de dezenas de autores que, entre 1780 e 1813, submeteram Memórias à apreciação da Academia. Ver: MEMORIAS Economicas e Físicas que não tiveram lugar nas collecçoes da Academia. [Por vários autores]. Lisboa, Chaves,..., 1781-1806. ARC, Livro Azul, n° 17, p. 373-378, 770. Seu nome também não consta nos registros da Real Mesa Censória, preservados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, referentes à solicitação de licença para impressão.

⁴⁸ Pereira (2014, p. 501) salientou que "Alguns [estudantes] mais precavidos, como o mineiro Vicente Jorge Dias Cabral, um dos muitos mobilizados por Souza Coutinho, apostaram na dupla formação".



li tão bem no Dec./ do Paço, e logo me conduzi a respeitável presença de/ V. Ex.a na persuasão, que a cap.de do meu negocio seria/ breve; mas para infelicidade m.a não obtive, nem o lugar/ do Secretario de alguma das Capitanias deste continente, nem/o empregar-me p.r.o Naturalista, como requeria⁴⁹.

Como já observado, Cabral valera-se da apresentação dos primeiros resultados da expedição para, em 1801, solicitar o cargo de professor régio da cadeira de Retórica da cidade de São Luís. Contudo, essa inserção não parece ter se dado de imediato. No início de 1803, momento em que ofereceu a D. Diogo a “Colleção das observações dos productos naturaes do Piahui”, apresentara-se, ainda, como “oppositor aos lugares das Letras”⁵⁰. O cargo parece ter sido concedido por esse tempo. Em maio de 1803, ao oferecer ao governador o estudo “Analyze Botanica da planta denominada Manacá”, Cabral não mais se apresenta como “oppositor aos Lugares das Letras”⁵¹.

Se os resultados parciais da expedição lhe renderam o cargo de professor, a conclusão dos trabalhos poderia trazer novos frutos. Em abril de 1803, Cabral escrevia ao ministro Souto Maior, rememorando suas aventuras pelo sertão da capitania e as dificuldades econômicas que enfrentava em

seu regresso, advindas do afastamento de suas atividades como advogado. Por fim, implorava a “graça especial da propriedade vitalicia do officio de Escrivao da Ouvidoria desta Cidade e Com.ma do Maranhao”, para “remediar as necessidades da minha vida, e pondo serventuario com algum descanso aplicar-me a outros similhantes trabalhos”⁵².

A graça parece não ter sido concedida. Cabral trabalhou como professor até, pelo menos, setembro de 1813⁵³. Nesse ínterim, acumulou atividades jurídicas, atuando, por exemplo, como juiz de sesmaria do distrito do julgado do Mearim⁵⁴.

A possibilidade de se aplicar a “outros similhantes trabalhos” não se concretizou. Aparentemente, Cabral não voltou a atuar como naturalista e os resultados dos esforços empreendidos na expedição, em grande parte, se perderam⁵⁵. A trajetória de Vicente Cabral como naturalista, brevemente narrada aqui, remete-nos à ideia de “ciclos de acumulação”, utilizada por Raminelli (2008, p. 100), com base nos estudos de Bruno Latour, para caracterizar o exemplo inglês de articulação entre as viagens, a sistematização dos registros produzidos, as medidas administrativas das decorrentes e as novas ações para o avanço do saber. Ainda segundo Raminelli (2008, p. 100):

⁴⁹ OFÍCIO (3^a via) do governador e capitão-geral do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre ser verdade tudo quanto se refere ao bacharel Vicente Jorge Dias Cabral. 1 jun. 1800. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 111, doc. 8652, fl. 2. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

⁵⁰ CABRAL, Vicente Jorge Dias. Colleção das observações dos productos naturaes do Piahui. 1803. BN-RJ, Seção de Manuscritos: I - 12, 2, 11, fl. 1.

⁵¹ OFÍCIO do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa Coutinho, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a remeter cópia de uma carta do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral informando a existência, achamento e classificação de plantas medicinais, na capitania [...]. 21 maio 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009, cx. 128, doc. 9595, fl. 4. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

⁵² OFÍCIO do bacharel Vicente Jorge Dias Cabral para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, a informar que terminou os trabalhos de que foi encarregado na capitania do Piauí, recolhendo alguns produtos e a solicitar propriedade vitalícia do ofício de escrivão da Ouvidoria da cidade e comarca de São Luís do Maranhão. 7 abr. 1803. Arquivo Histórico Ultramarino: Conselho Ultramarino, Maranhão, AHU-ACL-CU-009. cx. 128, doc. 9574, fl. 1v. Projeto Resgate, Maranhão (1614-1833).

⁵³ De 9 de setembro de 1813, data de uma provisão do Desembargo do Paço, que faz referência a Cabral como professor da cadeira de Retórica. Ver: PROVISÃO do Desembargo do Paço do Brasil, pela qual manda o restituir a seus antigos lugares de Retórica e Filosofia, os professores que haviam sido suspensos: Dionísio Rodrigues Franco e Vicente George Dias Cabral. Arquivo Público do Estado Maranhão (APEM), Catálogo dos Registros Gerais, Registros de atos e da correspondência do Reino e o Governo do Maranhão (1754-1828), p. 199, fls. 141v-143. Marques (2008 [1870]) afirma que Cabral trabalhou como professor até falecer, em 1815.

⁵⁴ Ver Marques (2008 [1870], p. 738). O Arquivo do Tribunal de Justiça (ATJ) também registra a atuação de Cabral como juiz, no ano de 1803. In: ATJ, Fundo Ouvidoria Geral do Maranhão, 1803, 48, cx. n. 2c.

⁵⁵ Pereira (2013, p. 157) observa que a flora descrita no “Ensaio Botânico” permaneceu praticamente esquecida nos arquivos de Portugal e do Brasil.



[o] ciclo viabilizava a existência de ‘centrais de cálculo’ capazes de coletar novos dados durante a viagem, fundir os resultados com o saber existente, decodificar experimentos que, mais tarde, seriam divulgados entre os naturalistas radicados nas metrópoles.

Seguramente, não se trata aqui de um ‘ciclo’. Formado em Filosofia em tempos de certa valorização da História Natural em Portugal⁵⁶, Cabral emprestou seu conhecimento para o desenvolvimento da expedição. Contudo, de forma um tanto pessimista, é possível sintetizar os (não) resultados da jornada da seguinte forma: as remessas dos produtos coletados e dos desenhos produzidos, enviadas a Portugal, parecem ter sido desperdiçadas ou não exploradas a contento; os resultados da expedição não foram publicados à época; a expedição não teve desdobramentos, ações palpáveis, derivadas dos registros que produzira; a trajetória de Vicente Cabral como naturalista não teve continuidade.

Por outro lado, cabe lembrar, com Pereira (2012, p. 48), que o insucesso dessas empreitadas, ou de seus desdobramentos, deve-se também à atuação desses naturalistas, no que define como “redes científico-administrativas”. Mais do que vítimas, personagens como Vicente Cabral movimentaram-se entre as autoridades, pleitearam cargos, acumularam inimizades, ou seja, participaramativamente do que o autor caracterizou como ‘administração por intriga’.

Em 1815, Cabral fora lembrado para compor a comissão de exame e limites divisórios entre as capitania do Maranhão e de Goiás (Marques, 2008 [1870]). Talvez estivesse aí, já em outro contexto do Império português, a oportunidade de se reinserir no universo dos naturalistas luso-brasileiros. Contudo, já estava muito doente e morreria logo em seguida.

O curto período de atuação como naturalista e a sua ausência no ‘cenário científico’ desde 1803 talvez

expliquem a pouca relevância dada, até o momento, ao trabalho de Vicente Cabral.

VICENTE CABRAL, AINDA UM DESCONHECIDO

Em 1813, José Bonifácio escrevia ao Conde de Funchal, irmão do já falecido D. Rodrigo de Sousa Coutinho, respondendo-lhe sobre a indicação de cientistas com talento, capacidade e probidade, para participar de viagens botânicas, mineralógicas e químicas pelo Brasil. Ao indicar nomes para viagens de estudos de Botânica, José Bonifácio observou que “No Maranhão estava um moço habil na matéria: Vicente Jorge Dias Cabral, de quem vi algumas Memorias que me agradaram”⁵⁷.

As palavras de José Bonifácio, quase contemporâneas à indicação de Cabral para compor a já citada comissão que definiria os limites entre as capitania do Maranhão e de Goiás, indicam que Cabral era conhecido e, de algum modo, lido, por seus pares cientistas. Contudo, a inexistência de qualquer referência ao seu trabalho nas páginas do jornal *O Patriota* – impresso publicado no Rio de Janeiro entre 1813 e 1814 que dedicava espaços generosos para informações de caráter científico – e em importantes registros sobre a capitania do Maranhão, na mesma década, apontam para um contínuo apagamento da atuação de Cabral.

O lavrador Raimundo Gaioso, escrevendo em 1813, parecia conhecer os esforços de Vicente Cabral, embora não se refira ao nosso personagem. No capítulo dedicado aos “Objectos relativos aos reinos vegetal e mineral”, destacou a quina e as “experiencias que se fizeram em Lisboa sobre huma pouca que dos certoens do Piauhy remeteu o governador D. Diogo de Souza” (Gaioso, 1970, p. 216); em seguida, salientou a abundância do salitre no Maranhão e no Piauí. Outro habitante do Maranhão, o frei Nossa Senhora dos Prazeres, escreveu, em 1820,

⁵⁶ Cabe lembrar que o ano de 1772, de reforma da Universidade de Coimbra, também é de nomeação de Domenico Vandelli como Lente de Química e História Natural da instituição.

⁵⁷ Correspondência de José Bonifácio (1810-1820). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Coleção Hélio Viana. DL. 1373.009.



sobre as riquezas naturais da capitania, ou a sua ausência. Nas breves considerações sobre a quina e sobre a ‘pouca mineralogia’, não fez referência a Vicente Cabral (Prazeres, 1891). Um ano antes, Spix e Martius (1961), de passagem pela capitania, demonstraram conhecer os estudos de Arruda Câmara sobre os algodoeiros, e mantiveram contato com Francisco de Paula Ribeiro, substituto de Cabral na comissão de exame e de limites divisórios entre as capitâncias do Maranhão e de Goiás, mas não fizeram alusão a Cabral.

Com a Independência, Cabral não mereceu maior atenção entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “que era então a sociedade científica de maior prestígio na Corte” (Lopes, 2009, p. 136). Um dos sócios mais ilustres, Francisco Adolfo de Varnhagen, observou em sua “História Geral do Brasil”, já na década de 1850⁵⁸:

O Piauhy prosperava, augmentando-se não só as fazendas de criar, como a cultura do algodão, e até a do tabaco, arroz e legumes. Consta que o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral se dedicava nesta capitania às sciencias naturaes, mas não temos noticias de escriptos seus (Varnhagen, 1959, p. 39).

Se Varnhagen (1959) não tinha notícias sobre os escritos de Cabral, o mesmo parece ter ocorrido com os membros da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, fundada em 1850. Entre os objetivos da entidade, havia o propósito de “fazer um catálogo cronológico de todos os autores nacionais que direta ou indiretamente escreveram sobre a História Natural do Brasil” (Lopes, 2009, p. 131-132), intento parcialmente realizado e publicado nas páginas do

jornal Guanabara, entre os anos de 1851 e 1855. Cabral não aparece nesses registros, tampouco em obras dedicadas à construção do *pantheon* da nova pátria, como a “Selecta brasiliense ou noticias, descobertas, observações, factos e curiosidades em relação aos homens, à historia e cousas do Brasil” (1868), de José Marcelino Pereira Vasconcellos, e o “Diccionario Bibliographico Brazileiro” (1883), de Sacramento Blake⁵⁹.

Na província do Maranhão, Cabral mereceu algum destaque no “Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão” (2008), obra de referência, escrita pelo médico César Marques, em 1870. Além de informações biográficas, presentes em vários verbetes, o autor comentou assim o falecimento de Cabral: “Faleceu este homem incansável e naturalista por gosto e inclinação ‘em virtude de moléstias crônicas na capital’, como participou o cap.gen. Paulo José da Silva Gama, em 16 fev. 1815, ao marquês de Aguiar” (Marques, 2008 [1870], p. 846).

Os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, fundado em 1925, não demonstraram, no entanto, interesse pela história de Vicente Cabral. Três razões talvez tenham contribuído para que sua trajetória não alcançasse projeção na província: era “mineiro-português”⁶⁰; faleceu antes de qualquer movimentação pela Independência, fato que dificultou sua ‘nacionalização’ pelos escritores do Oitocentos; não deixou, aparentemente, descendentes aptos a cuidar da sua memória⁶¹.

Nos debates atuais sobre a história da ciência no mundo luso-brasileiro, aparecem, com certa frequência, os naturalistas que chefiram expedições pela América portuguesa, Ásia e África a partir da década de 1780, como

⁵⁸ A primeira edição foi publicada em dois volumes, em 1854 e 1857.

⁵⁹ Registre-se que os esforços do padre Joaquim José Pereira, que acompanhara Cabral na expedição, foram reconhecidos posteriormente. Na “Selecta brasiliense”, no verbete “salitre”, pode-se ler: “Em 1796 o padre Joaquim José Pereira descobriu abundantes minas delle no lugar Valença, da província do Piauhy” (Vasconcellos, 1868, p. 264); já o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou duas memórias de autoria de Joaquim José Pereira (ambas em 1857) (ver Pereira, 1857a, 1857b), também situadas na década de 1790 e, portanto, anteriores à expedição chefiada por Vicente Jorge Dias Cabral.

⁶⁰ No livro “O Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos”, publicado entre 1873 e 1875, Antonio Henriques Leal valeu-se de dois critérios para a escolha dos seus personagens: o nascimento na província e a atuação política durante/ após a Independência (Leal, 1987a, 1987b). Trata-se de obra de referência para a história do Maranhão.

⁶¹ Hipótese levantada por Pereira (2012, p. 29), em seus estudos sobre João da Silva Feijó.



Alexandre Rodrigues Ferreira (Amazonas e Mato Grosso), Manoel Galvão da Silva (Bahia, Goa e Moçambique), Joaquim José da Silva (Angola), João da Silva Feijó (Cabo Verde e Ceará), Joaquim Veloso de Miranda (Minas Gerais e Rio de Janeiro), Joaquim Amorim e Castro (Bahia), José Mariano da Conceição Veloso (Rio de Janeiro), Baltasar da Silva Lisboa (Rio de Janeiro) e Manuel Arruda da Câmara (Pernambuco). Nessa relação, baseada em levantamento elaborado por Pataca (2011), não consta a expedição de Vicente Cabral; essa ausência também é comum a outros levantamentos, como o elaborado por Kury (2013, p. 177), que relacionou sete naturalistas que “participaram de um modo ou de outro da busca por salitre”.

Mais recentemente, Pereira (2012, 2013, 2014) tem apontado para alguns aspectos da expedição de Cabral, como sua composição, estrutura e objetivos.

Referência para os atuais estudos sobre o tema, Magnus Pereira foi o orientador da dissertação de Tiago Bonato (2010)⁶² – responsável por novas contribuições sobre a expedição de Vicente Cabral – e coordena a “Coleção Ciência e Império”, que já publicou trabalhos de monta sobre personagens como João da Silva Feijó e Francisco José de Lacerda e Almeida, em “João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo regime português” (Pereira; Santos, 2012) e “Francisco José de Lacerda e Almeida: um astrônomo paulista no sertão africano” (Pereira; Ribas, 2012) respectivamente. Na apresentação do volume dedicado a Lacerda e Almeida, a coordenação da coleção anunciou o projeto de um volume dedicado a Vicente Cabral e Joaquim Pereira.

Por fim, registre-se que este artigo se insere, antes de tudo, nos esforços recentes empenhados na apreensão de elementos de uma cultura escrita na capitania do Maranhão na virada para o Oitocentos. Para a história da ciência no mundo luso-brasileiro, é desejo que ofereça pistas a serem mais bem exploradas por historiadores dedicados ao estudo da história natural das colônias.

REFERÊNCIAS

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brazileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. v. 7.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720. v. 6. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/002994-06#page/103/mode/1up>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- BONATO, Tiago. **Viagens do olhar: relato de viajantes e a construção do sertão brasileiro, 1783-1822**. Guarapuava: Unicentro, 2014.
- BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- CAROLINO, Luís Miguel. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Org.). **Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 191-225.
- COSTA, Maria de Fátima. Paisagens narrativas do espaço amazônico. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Imagens na história**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 64-77.
- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, supl., p. 993-1014, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte&pid=S0104-59702001000500011>. Acesso em: 28 out. 2016.
- FERRÃO, José Eduardo Mendes; LIBERATO, Maria Cândida; CATARINO, Fernando Mangas; ABRANTES, Maria Luísa. **Plantas do Brasil: flora econômica do Brasil no século XVIII: plantas do Maranhão-Piauí**. Lisboa: IICT, 2002.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da laboura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. (Coleção São Luís, 1).
- GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Org.). **Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- KURY, Lorelai. Manuel de Arruda Câmara: a República das Letras nos sertões. In: KURY, Lorelai (Org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013. p. 161-201.

⁶² A dissertação deu origem ao livro “Viagens do Olhar: relato de viajantes e a construção do sertão brasileiro, 1783-1822” (Bonato, 2014).



- LEAL, Antonio Henriques. **O Pantheon Maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed. São Luís: Alhambra, 1987a. Tomo I.
- LEAL, Antonio Henriques. **O Pantheon Maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed. São Luís: Alhambra, 1987b. Tomo II.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. 2. ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UnB, 2009.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Edição crítica de Jomar de Moraes. Índice remissivo de Lino Moreira. 3. ed. rev. e aum. São Luís: AML, 2008 [1870].
- PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 125-138, jul.-dez. 2011. Disponível em: <www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=342>. Acesso em: 28 out. 2016.
- PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan.-jun. 2005. Disponível em: <www.mast.br/arquivos_sbhc/26.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.
- PEREIRA, Joaquim José. Memoria que contém a descrição e problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de São Luiz do Maranhão. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 165-169, 1857a.
- PEREIRA, Joaquim José. Memoria sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 175-185, 1857b.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/topoi29/artigo_05.php>. Acesso em: 28 out. 2016.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. O conhecimento científico na caatinga no século XVIII. In: KURY, Lorelai (Org.). **Sertões adentro: viagens nas caatingas, séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013. p. 114-158.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. João da Silva [Feijó]: a trajetória de um homem de ciências luso-brasileiro. In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos (Org.). **João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo regime português**. Curitiba: UFPR, 2012. p. 19-119. (Coleção Ciência e Império, v. 1).
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos (Org.). **João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo regime português**. Curitiba: UFPR, 2012.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. **Francisco José de Lacerda e Almeida**: um astrônomo paulista no sertão africano. Curitiba: UFPR, 2012. (Coleção Ciência e Império, v. 2).
- PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. Poranduba maranhense, ou Relação histórica da província do Maranhão [...] com [...] um dicionário abreviado da língua geral do Brazil. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro**, v. 54, pt. 1, p. [4]-277, 1891.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassalos e governos a distância. São Paulo: Alameda, 2008.
- SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. **O palácio de Queluz e o mundo ultramarino**: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). 2013. 395 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (Org.). **Formas do império**: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 47-69.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961. Tomo II.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1959.
- VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. **Selecta brasiliense ou notícias, descobertas, observações, factos e curiosidades em relação aos homens, à historia e cousas do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.
- VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso de; MARTINS, João Paulo. As reformas pombeiranas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Cláudia (Org.). **A “Época Pombalina” no mundo luso brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 453-498.

